

**PROCESSO: 17800-37.2006.5.24.2 (RO) – Pleno**

**JUIZ RELATOR: RICARDO G. M. ZANDONA**

**PUBLICAÇÃO: DO/MS N° 6909 de 12/02/2007**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO COMPROVADO - INDENIZAÇÃO DEVIDA.**

Comprovada a fraude perpetrada pelas rés, traduzida na simulação de dispensa imotivada, com o intuito de saque dos depósitos de **FGTS** e a percepção do benefício do **seguro desemprego**, fica evidenciado o dano a toda a coletividade de trabalhadores, que são os destinatários de ambos os fundos, voltados à sua proteção nas situações de desemprego, devendo atender a finalidade social para a qual foram criados. A segunda ré não se enquadrava nas hipóteses legais para saque do FGTS e percepção do seguro desemprego, já que houve continuidade na prestação de serviços. Recurso provido.

ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região, por unanimidade, em aprovar o relatório e conhecer do recurso; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Ricardo Geraldo Monteiro Zandona (relator), vencidos os Desembargadores João de Deus Gomes de Souza e Abdalla Jallad. O Desembargador André Luís Moraes de Oliveira havia proferido seu voto na sessão do dia 29.11.2006. Não participou do julgamento o Desembargador Nicanor de Araújo Lima por não ter participado de seu início, ocorrido na data acima. Ante a irregularidade constatada, determina-se a expedição de ofício ao Ministério Público Federal, com cópia da petição inicial, dos ofícios (f. 34 e 37) e deste acórdão, para apuração da fraude perpetrada e, por corolário, adoção das medidas que se entender cabíveis. Campo Grande, 23 de janeiro de 2007.